

## LINA VIEIRA CONFIRMA ENCONTRO QUE DILMA NEGA



Ao lado de Demostenes, Lina é ouvida pela Comissão de Justiça do Senado

A ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira confirmou ontem haver mantido um encontro com a ministra Dilma Rousseff, que teria lhe pedido agilidade em investigação a respeito de Fernando Sarney. Dilma negou várias vezes o encontro, do qual Lina não apresentou provas. **3**



Na audiência, Renan (E), Mercadante, Augusto, Sérgio Guerra e João Pedro

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.077 – Brasília, quarta-feira, 19 de agosto de 2009

## Senado fará economia anual de R\$ 376 milhões, diz Sarney



Adelmir Santana (E), Heráclito Fortes e João Claudino acompanham entrega do relatório da FGV a Sarney por Bianor Cavalcanti

Presidente do Senado recebe da Fundação Getúlio Vargas proposta de reforma administrativa que reduz custos em diversos setores

O Senado deverá diminuir os gastos com mão de obra e serviços terceirizados, salários de efetivos e comissionados e obrigações patronais, segundo anunciou ontem José Sarney. A redução prevista para os cargos de chefia é de 43%, enquanto as diretorias da Casa poderão cair de 41 para seis. **4 e 5**



Haroldo Lima (esq., ao lado de João Pedro e Romero Jucá) diz não ter recebido nenhuma notificação sobre irregularidades

### Ministério Público coloca sob suspeita pagamento da ANP a usineiros

Representantes do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal afirmaram ontem, na CPI da Petrobras, que há suspeita de tráfico de influência em pagamentos feitos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a sindicatos de usineiros. O diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, negou ter recebido qualquer notificação do Ministério Público sobre irregularidades. **6**

### Aprovada isenção para instrumento musical importado

Proposta acolhida ontem pela Comissão de Educação será votada agora na Comissão de Assuntos Econômicos. **7**

### Uruguiaio quer ver Parlasul mais perto da sociedade

Eleito para comandar o Parlamento do Mercosul pelos próximos seis meses, o ex-guerrilheiro e hoje deputado Juan José Dominguez prega a aproximação do organismo com a população dos países membros do bloco. **8**



Foto de Geraldo Magela

### Plenário exalta obra de Euclides da Cunha

Senadores destacaram vida e obra de Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, no centenário de sua morte. **8**

Especialistas defendem mudanças no projeto de reforma do Código de Processo Penal para manter os avanços da legislação que ampliou a proteção às mulheres

# Novo código pode anular o rigor da Lei Maria da Penha

OS AVANÇOS INTRODUZIDOS pela Lei Maria da Penha na proteção das mulheres podem ser anulados caso o projeto de lei que cria o novo Código de Processo Penal (CPP) seja aprovado da forma como está. Essa é a avaliação dos especialistas que participaram ontem de reunião convocada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), vice-presidente da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal.



Serys Slhessarenko (C) dirige debate na comissão que estuda a reforma do CPP

Segundo o advogado constitucionalista Fabrício da Mota, o projeto que institui o novo código "é muito bom, mas faltaram dispositivos que resguardassem a aplicabilidade das penas previstas na Lei Maria da Penha". Ele lembrou que essa lei impede, nos casos de violência doméstica contra as mulheres, a aplicação de penas brandas, como a cobrança de cestas básicas ou a exigência de serviços comunitários, que estão previstas na Lei 9.099/95, que trata dos juizados de pequenas causas. O problema, argumentou ele, é que o projeto do novo CPP incorporou os aspectos penais da Lei 9.099/95 – ameaçando, assim, invalidar as sanções decorrentes da Lei Maria da Penha.

Fabrício da Mota como pelo promotor de Justiça do Distrito Federal Fausto Rodrigues, refere-se ao dispositivo do projeto que permite ao juiz extinguir uma punição "quando a continuação do processo e a imposição da sanção penal puder causar mais transtornos àqueles diretamente envolvidos no conflito".

## Solução

Para Alberto Toron, secretário-geral-adjunto do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), "o projeto do novo código não é tão catastrófico para a Lei Maria da Penha como se avalia". Ele afirmou que a solução para o problema é a inserção de uma

"ressalva" no projeto – mais especificamente, no artigo 300 – para destacar que o "procedimento sumariíssimo" não se aplica aos casos tipificados na Lei Maria da Penha.

Para a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que relatou o projeto que resultou na Lei Maria da Penha, "é preciso discutir amplamente as mudanças a serem introduzidas pelo novo CPP, da mesma forma como a Lei Maria da Penha o foi".

Serys Slhessarenko reiterou que as propostas apresentadas na audiência pública serão examinadas pela Comissão de Reforma do CPP. O projeto de novo código (PLS 156/09) tem como relator-geral o senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Outra crítica, feita tanto por

## Depoente permanece calado na CPI da Pedofilia

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, o ex-secretário de Administração de Coari (AM) Adriano Teixeira Salan negou-se a responder a maioria das perguntas feitas pelo presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES).

O depoente repetiu dezenas de vezes que preferia exercer o direito constitucional de permanecer calado e respondeu apenas a algumas questões triviais que não dizem respeito às investigações sobre ele.

Os outros dois convocados não compareceram à reunião

de ontem: o juiz do Trabalho da comarca de Tefé (AM), Antônio Carlos Branquinho, e o secretário de Comunicações de Coari, Valcione Tavares. Malta informou que ambos serão reconvocados coercitivamente pela CPI.

Durante o depoimento, o presidente da CPI leu diversos trechos de gravações telefônicas interceptadas pela Polícia Federal que mostram conversas de Adriano Salan com outros investigados e sugerem o envolvimento do depoente no encobrimento de menores.

Diante do silêncio do depoente,

Malta informou que pretende reconvocar diversos outros investigados com o objetivo de promover acareações entre todos, inclusive Salan. Eles são citados nas denúncias de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes na capital e no interior do Amazonas. O caso foi desbaratado pela Operação Vorax, realizada em 2008.

Entre outros, devem ser reconvocados o ex-prefeito de Coari Manoel Adail Pinheiro; o ex-sócio da agência Mega Models Fabio Marques; e a ex-secretária de Ação Social do município Maria Landia Rodrigues.

## Senado fará homenagem a Gilberto Mestrinho

Foi aprovado no Plenário requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) para a realização de sessão especial em homenagem póstuma ao ex-governador e ex-senador pelo Amazonas, Gilberto Mestrinho, falecido aos 81 anos, em 19 de julho.



Gilberto Mestrinho

Virgílio justificou a homenagem póstuma destacando que Mestrinho "sempre esteve no coração do povo amazonense", transformando-se em uma das "mais expressivas figuras da política nacional". O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) associou-se à iniciativa, também elogiando a carreira do ex-parlamentar.

Gilberto Mestrinho foi senador entre 1999 e 2007, pelo PMDB. Tendo iniciado sua trajetória política como prefeito de Manaus, também foi deputado federal e governador do Amazonas.

## Flávio Arns elogia viagem de escoteiros à Antártida

A iniciativa da Secretaria Especial de Recursos do Mar, que administra o Programa Antártico Brasileiro, de levar três jovens escoteiros à Antártida foi elogiada por Flávio Arns (PT-PR). Eles foram os vencedores do Mutirão Escoteiro Ecológico, promovido pela União dos Escoteiros do Brasil. São eles Daniel Lucas Rodrigues, de Americana (SP); Gabriel Renaldo de Souza, de Florianópolis; e Pâmela Carvalho da Silva, de Sapucaia do Sul (RS).

O senador enalteceu o escotismo, observando que "nenhuma iniciativa do movimento é individual" e, no caso da Antártida, os jovens estão colocando na internet depoimentos e imagens da viagem, o que mostra a importância de iniciativas como essa.



Flávio Arns

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Quatro PECs na ordem do dia

A sessão deliberativa começa às 14h, com quatro propostas de emenda à Constituição na ordem do dia. Entre elas, a PEC 7/08, que determina que o cumprimento dos objetivos de bem-estar e justiça social previsto na Carta Magna seja avaliado por indicadores de responsabilidade social a serem definidos em lei.

## Almoço no Itamaraty na agenda de Sarney

O presidente José Sarney participa, às 13h, no Palácio Itamaraty, de almoço oferecido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, em visita oficial ao país; às 15h, o dirigente africano será recebido pelo presidente do Senado no Salão Nobre. Às 16h, Sarney preside a ordem do dia no Plenário.

## Fiscalização sanitária com laudo na internet

Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que se reúne às 8h30, consta projeto que obriga a divulgação pela internet das análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas nas empresas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

## Regra sobre reservas indígenas na pauta da CCI

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCI) analisa, às 10h, o projeto de emenda à Constituição (PEC) que dá ao Senado a competência exclusiva para aprovar

processos sobre demarcação de terras indígenas. Outro tema é o projeto que assegura direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretado.

## Conselho de Ética tem reunião às 14h

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se reúne, às 14h, para analisar recursos apresentados contra o arquivamento de denúncias e representações contra os senadores José Sarney e Arthur Virgílio.

## Profissões perigosas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate, às 11h30, projeto que define como perigosa, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a atividade profissional que implique risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física. Outro projeto em pauta dispõe sobre as ocupações e profissões da área de saúde.

## CMA faz balanço de tarifas bancárias

Em parceria com a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 14h30, o impacto das novas regras de tarifas bancárias para a sociedade, neste primeiro ano de vigência. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deve comparecer.

## CDR vota projeto de empresas aéreas

Substitutivo a quatro projetos de lei que tratam de indenização a usuários de companhias aéreas em casos de recusa de embarque, atrasos e cancelamentos de voos e danos em bagagens é um dos itens da pauta da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 9h30.

## Socorro aos menores de rua

Audiência sobre o projeto que inclui menores de rua entre 15 e 17 anos entre os beneficiários do ProJovem Adolescente será realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) hoje, às 9h. Participam representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude.

## Créditos na pauta da CMO à tarde

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota hoje, em reunião às 14h30, diversos créditos ao Orçamento da União.

## Debate sobre saúde mental na CE e na CAS

As comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) debatem, às 10h, o tema "Saúde mental materno-infantil: educação e prevenção em parentalidade". Participam do debate os psicanalistas Claude Schauder, professor da Universidade de Estrasburgo, na França; e Maria Izabel Tafuri, professora da Universidade de Brasília.

## Lucena defende mudanças na distribuição de recursos



Cícero Lucena lembra que Carta de 88 ampliou atribuições das prefeituras

Cícero Lucena (PSDB-PB) defendeu a necessidade de rever o que ele chamou de “estúpida centralização dos recursos na União”, em prejuízo dos estados e municípios. Seu pronunciamento, enfatizou o parlamentar, foi elaborado como uma defesa do “equilíbrio federativo”.

No entender do senador, os municípios têm a infelicidade de serem mais prejudicados pelas decisões consideradas por ele como “frias, burocráticas e

insensíveis”. Ocorre que, conforme lembrou, é nos municípios que cada brasileiro nasce, cresce, estuda, trabalha e forma sua família.

Lucena reconhece que a Constituição de 1988 conseguiu avançar em muitos pontos no que se refere à valorização dos municípios, ao ampliar, por exemplo, as responsabilidades das prefeituras que até então eram compartilhadas com os estados e a União. O problema é que os recursos não foram transferidos na mesma proporção.

– Ironicamente, quando os constituintes tentaram esvaziar as atribuições do poder central e do Estado, o resultado prático demonstrou-se desastroso. Houve descentralização de responsabilidades, mas passou a existir um cruel processo de fortalecimento de poder da União – analisou, lembrando que a arrecadação do governo federal tem batido seguidos recordes.

## Cavalcanti pede união em torno de metas comuns da Paraíba

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) conclamou ontem os senadores e os deputados da Paraíba a se unirem em torno de metas comuns no momento de propor emendas à lei orçamentária para 2010, que deve ser encaminhada pelo governo ao Congresso até o fim do mês. O senador observou que essa união é necessária para que o estado possa melhorar seus indicadores sociais e econômicos.

– Quero lembrar que a Paraíba, além de situar-se em região considerada a mais pobre, apresenta carências evidenciadas em áreas como segurança pública, saúde, educação, habitação, saneamento básico, emprego e renda, além da ausência quase absoluta de obras estruturantes que permitam reverter a situação de desvantagem da economia estadual em compa-



Cavalcanti diz que estado precisa melhorar indicadores econômicos

ração com as de outros estados brasileiros – assinalou.

Em aparte, o senador Cícero Lucena apoiou Roberto Cavalcanti e mencionou, entre os investimentos necessários no estado, obras portuárias e na infraestrutura hídrica e em rodovias, que, segundo ele, podem ajudar a Paraíba a superar as desigualdades regionais.

## Saúde pública é sucateada no Pará, afirma Flexa Ribeiro

A “exportação” de pacientes com câncer para o Piauí é o episódio mais recente da dramática situação vivida pela saúde do Pará, segundo denunciou ontem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Esses doentes estão sendo transferidos para o Piauí em razão da desestruturação do Hospital Ofir Loyola, única unidade de referência para o tratamento do câncer no estado.

Conforme o parlamentar, um ano depois da posse da governadora Ana Júlia Carepa (PT), a política de saúde não apresentou nenhum avanço. Ao contrário, acrescentou, gerou problemas graves como o da maternidade da Santa Casa de Misericórdia. Flexa Ribeiro mencionou matérias publicadas sobre o assunto pelos jornais paraenses. Uma delas diz: “Saúde do Pará chegou ao fundo do poço”.

Em lugar de adotar medidas



Pará “exporta” pacientes com câncer para o Piauí, segundo Flexa Ribeiro

competentes, como a estruturação do Hospital Regional de Santarém, a governadora tem adotado medidas sem coerência, como a troca dos uniformes da Polícia Militar e a compra, sem licitação, de 1 milhão de kits para estudantes que “nunca apareceram”, nas palavras do senador. A compra estaria sendo investigada pelo Ministério Público.

Ex-dirigente da Receita afirma que não se lembra do dia e horário de encontro com a ministra-chefe da Casa Civil, no fim do ano passado, e diz concordar em fazer acareação



Demostenes (C), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e Wellington Salgado acompanham exposição de Lina

## Lina confirma na CCJ encontro com Dilma Rousseff

A EX-SECRETÁRIA DA Receita Federal Lina Vieira confirmou, em depoimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que manteve, no fim do ano passado, um encontro com a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, que teria solicitado a ela que “agilizasse a fiscalização nas empresas” do empresário Fernando Sarney. Lina classificou de “incabível” o pedido, mas disse que não se sentiu pressionada.

No entanto, a ex-dirigente da Receita não apresentou qualquer prova desse encontro. “Não me lembro do dia e do horário do encontro. Recordo-me apenas que a ministra Dilma me chamou ao seu gabinete através de sua secretária, Erenice Guerra”, admitiu a ex-secretária. Disse que o encontro durou dez minutos.

Ao fim do depoimento, Lina Vieira fez questão de manter o teor da entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* em que revelou ter recebido de Dilma pedido para agilizar investigação fiscal da Receita em empresas do filho do presidente do Senado. Ela descreveu repetidas vezes, em detalhes, o trajeto que fez até encontrar-se com a ministra.

Dilma Rousseff nega o encontro e já desafiou Lina a provar o que disse ao jornal, desafio repetido pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na CCJ, os governistas também pressio-

naram por evidências dos fatos. Para justificar a falta de provas e de registro do encontro em sua agenda, Lina alegou que a audiência, no gabinete da ministra, a pedido de Dilma, teve caráter reservado.

Senadores governistas, entre eles o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), advertiram a ex-secretária de que ela teria infringido normas que regem a conduta dos servidores públicos ao deixar de relatar aos superiores fato que considera anormal – o que caracterizaria ato de prevaricação.

Para a líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), ao negar no depoimento à CCJ que tenha sido alvo de coação para encerrar o processo fiscal, Lina Vieira teria caído em contradição com o que afirmou na entrevista. “Ou a senhora mentiu para a *Folha* ou mentiu aqui”, afirmou Ideli.

Já o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestou solidariedade à depoente, condenando a forma “agressiva e hostil” com que alguns senadores da base de apoio ao governo estavam tratando a convidada.

Autor do requerimento que resultou na audiência da CCJ, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse acreditar que o encontro ocorreu e que a ministra Dilma agiu de forma “ilegal, antiética e indevida” ao tentar interferir em processos em andamento na Receita Federal.

## Jucá questiona competência da comissão

No início da sessão, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), ressaltou que o Executivo não temia a fala de Lina Vieira, mas apresentou questão de ordem declarando nulo o requerimento que convidou a ex-secretária para falar à CCJ. Segundo Jucá, a comissão não teria competência para examinar assuntos atinentes à Receita. O tema, a seu ver, caberia à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Mas a questão de ordem não foi aceita pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO).

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a presença de Lina no colegiado era mais uma tentativa da oposição de impor a Dilma e ao próprio presidente Lula um “desgaste artificial”. No entender de Aloizio Mercadante (PT-SP), Demostenes Torres usou a Comissão de Justiça de forma “política e partidária”.

Em resposta, Demostenes admitiu que a aprovação do requerimento convidando Lina para depor “foi mesmo uma atitude política”. Mas opinou que requerimentos não são matérias legislativas. Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o “império da mentira” não poderia se estabelecer no país e considerou o depoimento de Lina de fundamental importância.

Almeida Lima (PMDB-SE) disse preferir ser da “tropa de choque” do governo do que ser “um trombadinha do poder e da tropa do golpe”, referindo-se à atuação da oposição.

## Ideli diz que oposição quer constranger ministra

Ideli Salvatti afirmou da tribuna que os partidos da oposição estão usando as declarações de Lina Vieira para constranger Dilma Rousseff, que, conforme disse, deverá ser a candidata do governo à sucessão do presidente Lula.

– A senhora Lina tinha de trazer a prova de que a sua reunião com a ministra Dilma aconteceu. No mínimo, tinha de trazer a data e ela nada trouxe – sustentou a senadora.

A Comissão de Justiça, informou a senadora, aprovou

logo depois, em menos de dez minutos e sem maiores debates, projeto que cria a Universidade Federal da Fronteira do Sul, que terá *campus* em cinco cidades – Chapecó (SC), Laranjeiras do Sul (PR), Realeza (PR), Erechim (RS) e Cerro Largo (RS) – e vai atender, gratuitamente, a cerca de 10 mil estudantes.

A senadora criticou o fato de, no momento da votação desse projeto, estarem presentes à CCJ apenas sete senadores, enquanto, nas seis horas em que a ex-secretária da Receita foi

questionada, passaram pela comissão mais de 60 senadores.

Ideli comunicou ainda ao Plenário que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso, da qual é presidente, reuniu-se sexta-feira com a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis.

Na oportunidade, foram ouvidos especialistas e discutidos os problemas climáticos dos países que fazem parte da bacia do rio da Prata (Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile).

**Conselho analisa recursos contra arquivamento**

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve reunir-se hoje, às 14h, para votar recursos apresentados contra a decisão do presidente do colegiado, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), de arquivar denúncias e representações contra os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Na semana passada, Paulo Duque considerou inepitas seis denúncias e cinco representações contra Sarney, argumentando, entre outras coisas, que elas não apresentam documentos de comprovação e se sustentam apenas em matérias de jornais.

As ações foram apresentadas por Arthur Virgílio e pelo PSDB. Elas pedem investigação de Sarney por suposto envolvimento com os "atos administrativos secretos" no Senado, pretensos desvios de verba na Fundação Sarney e pela presença de uma empresa de um neto de Sarney na intermediação de empréstimos a servidores do Senado.

Duque também não aceitou uma denúncia do PMDB contra Arthur Virgílio, acusado de ter autorizado um funcionário de seu gabinete a estudar no exterior recebendo salários do Senado, de tomar empréstimo com o ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia e por ter aceitado que o Senado gastasse com a saúde de sua mãe valores superiores aos concedidos nesses casos.

**Tucanos rebatem acusações contra José Serra**

Os senadores do PSDB Tasso Jereissati (CE), Sérgio Guerra (PE), Mário Couto (PA) e Arthur Virgílio (AM) contestaram ontem afirmações do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) de que o governador de São Paulo, José Serra, teria usado informações falsas em seu currículo, como ocorreu com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff – segundo Mercadante, sem o conhecimento da ministra.

Jereissati disse ter documentos das universidades do Chile e de Cornell, nos Estados Unidos, que confirmam a conclusão dos cursos. Serra, explicou o senador, obteve título em Ciências Econômicas pela Universidade do Chile (1972). A segunda graduação, em Economia (Master of Arts), foi concedida pela Cornell (1976), na mesma instituição onde Serra concluiu o Ph.D. em Economia (1997).

Sérgio Guerra lembrou que, em 1971, a Universidade do Chile declarou equivalentes ao grau de bacharel os estudos de José Serra em Engenharia e Ciências Econômicas.

Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou a declaração de Mercadante: segundo Suplicy, da mesma forma que a biografia de Serra na página do Senado diz que ele é formado em Engenharia Civil, e não o é de fato, tal erro ocorreu com a ministra da Casa Civil.

Fundação Getúlio Vargas entrega proposta de reforma administrativa que reduz cargos de chefia, assessorias e diretorias da Casa; presidente do Senado afirma que mudança na administração pública, sempre colocada à margem das prioridades, é uma das mais urgentes do Brasil

**Sarney prevê economia anual de R\$ 376 milhões para o Senado**



Ao lado de Heráclito Fortes (C), José Sarney recebe do professor Bianor Cavalcanti o relatório que enxuga administração

O SENADO VAI reduzir em R\$ 376,4 milhões, ao ano, seus custos com mão de obra terceirizada, salários de efetivos e comissionados, obrigações patronais e outros custos com serviços terceirizados. A informação foi dada pelo presidente da Casa, José Sarney, pouco depois de receber ontem estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para uma reforma administrativa da Casa.

Diante de jornalistas e funcionários, ele informou também que serão reduzidos em 43% os cargos de chefia nos níveis estratégico, intermediário e operacional. Segundo Sarney, a ideia é reduzir de 13 para sete as assessorias de nível estratégico e de 41 para seis as diretorias da Casa.

No nível intermediário, Sarney disse que as atuais 89 assessorias serão reduzidas a 19, enquanto as 95 chefias se transformarão em 81. E, no nível operacional, as cinco assessorias se reduzirão a zero, enquanto as 379 chefias baixarão para 240. O presidente também se disse muito feliz em encerrar a primeira etapa dessa reforma.

De acordo com Sarney, uma das reformas mais urgentes no Brasil é a administração pública, capaz de racionalizar os serviços oferecidos à sociedade e que sempre foi colocada

à margem das prioridades nacionais. Ele lembrou a primeira reforma feita na Casa pela FGV, reconhecendo que novas e mais profundas mudanças tornaram-se agora necessárias.

– A minha administração passou a ser alvo de muitas críticas, algumas imprecisas, outras injustas, mas, na verdade, temos um dos melhores quadros de servidores do serviço público – afirmou ainda o presidente, que mais tarde comunicou ao Plenário os termos do relatório da FGV.

José Sarney elogiou a competência e a respeitabilidade de quem goza a FGV no Brasil e no exterior, observando que, nesse projeto de reestruturação administrativa do Senado, trabalharam 20 professores, altamente especializados, ouvindo senadores e funcionários, a fim de aferir todas as reivindicações e os equívocos praticados na Casa. Para Sarney, as mudanças sugeridas vão afetar profundamente a estrutura do Senado.

Nesses meses de trabalho da FGV, disse ainda o presidente do Senado, todas as providências foram tomadas para sanar lacunas e corrigir todos os problemas administrativos. Ele afirmou que o estudo ali recebido será submetido ao Plenário com prazos curtos para o oferecimento de ideias.

**Petistas prestam solidariedade a Mercadante**

Minutos depois de a *Folha Online* publicar matéria intitulada "Mercadante coloca cargo de líder à disposição", os senadores petistas Eduardo Suplicy (SP), Paulo Paim (RS), Flávio Arns (PR) e Augusto Botelho (RR) foram ao Plenário solidarizar-se com Aloizio Mercadante (SP). O texto informava que o líder do PT no Senado preferia se afastar do cargo a ter que promover indicações ao Conselho de Ética com o objetivo de beneficiar o presidente da Casa.

– Fomos surpreendidos pela notícia e viemos aqui dizer que estamos solidários com o senador Mercadante e avaliamos que ele deve permanecer como líder do PT no Senado – afirmou Suplicy.

Paulo Paim reforçou que os quatro petistas presentes no Plenário não aceitarão que sequer se ventile a possibilidade da renúncia de Mercadante à liderança.

Augusto Botelho testemunhou que, em nenhum instante, o líder Mercadante hesitou em suas atitudes ao fazer valer os posicionamentos da bancada. Ele expressou seu desejo de que o senador por São Paulo continue exercendo a liderança do PT no Senado.

Flávio Arns expressou sua total confiança ao trabalho que vem sendo desenvolvido por Mercadante como líder.

Arns afirmou que, embora o PT esteja sendo pressionado para mudar sua posição de defesa de uma licença do presidente do Senado, José Sarney, até o esclarecimento das denúncias que vêm sendo feitas contra ele, aceitar essa pressão "pode ser suicídio político".

– Temos de pensar se estamos ou não em sintonia com o país. O PT tem de honrar suas origens. Tem de lutar pela ética e escutar o povo – disse.

**Sérgio Guerra: crise deve ser resolvida em clima de respeito**

Sérgio Guerra (PSDB-PE) voltou a defender ontem a elucidação de todas as denúncias feitas contra o presidente do Senado, José Sarney, mas disse que a crise na instituição deve ser resolvida em um clima de respeito, tanto entre os senadores, como em relação à população.

O parlamentar elogiou o passado político de Sarney e salientou que "não mistura relação pessoal com política". Mas disse não concordar que, a pretexto da discordância, parlamentares "promovam a revanche, promovam a ameaça, promovam a distribuição fortuita de notas e informações fraudulentas para ameaçar quem quer que seja".

– Nunca, na minha vida, casei o mandato de ninguém por uma questão íntima; acho que o Senado não é para isso, que o Parlamento não é para isso. Se para ser senador tenho de casar mandatos não serei senador nunca, nem parlamentar. Acho que esse é o campo da Justiça e não o campo do Parlamento. Porém, todo enfrentamento deve se dar, toda discussão deve ser



"Nunca casei o mandato de ninguém", afirma Sérgio Guerra

feita – declarou Sérgio Guerra, admitindo não ter sido "fácil" pedir o afastamento do presidente do Senado por 60 dias.

Sérgio Guerra discursou em resposta ao pronunciamento de Sarney na segunda-feira, quando o presidente do Senado contestou denúncia de *O Estado de S. Paulo* segundo a qual a empreiteira Aracati/Holnenn teria pago dois imóveis na capital paulista para a família Sarney. Em seu discurso, o presidente

do Senado também criticara a reação de Sérgio Guerra, Demostenes Torres (DEM-GO) e Valter Pereira (PMDB-MS), considerando que eles foram "apressados" ao cobrar esclarecimentos.

Para Sérgio Guerra, justamente por ser um senador com "condições reais, potenciais e históricos para presidir o Senado, como já o fez, de forma qualificada", é que Sarney precisa responder às denúncias.

**Honra**

Sérgio Guerra relembrou sua própria trajetória, observando que exerceu três mandatos de deputado federal, foi diversas vezes líder de bancada e três vezes secretário de estado, sem que tenha havido qualquer denúncia ou reclamação nos tribunais de contas. Destacou, no entanto, que também foi alvo de um processo de investigação na CPI do Orçamento, em 1993. Então deputado, foi inocentado. Esclarecidas as denúncias, disse, ele se reelegera deputado federal com votação superior à da primeira eleição.

**Senadores condenam o "clima de ameaças"**

Diversos senadores elogiaram o discurso de Sérgio Guerra. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também condenou o clima de ameaças e disse que esse método não é utilizado por homens públicos, mas "por pessoas que estão vendo a página da História virar por cima delas, e não terão longevidade".

– Esse método não contribui para a harmonização da Casa. Denúncia séria e fundamentada deve ser examinada na hora, e não negociada. Esse método sepulta no Senado qualquer expectativa de relacionamento decente entre os senadores. O jornal tem o direito de criticar Sarney, que tem o direito e o dever de se defender – afirmou.

O presidente Sarney garantiu que em nenhum momento teve a intenção de levantar qualquer questionamento sobre a postura de Sérgio Guerra. Disse que, ao citar o nome do senador tucano, pretendia apenas invocar grandes parlamentares que tinham sido vítimas de injustiça. Já o líder do DEM, José Agripino

(RN), afirmou que o clima de "denúncia atrás de denúncia" acaba provocando "atitudes desoladoras". Mas, para ele, pessoas públicas devem estar preparadas para esclarecer qualquer denúncia, condição que considera essencial para quem exerce a vida pública.

Agripino afirmou ainda que as denúncias contra parlamentares não podem continuar sendo apreciadas pelos próprios parlamentares, mas sim pela Justiça, como forma de pôr um fim ao processo de "destruição intestina" do Parlamento.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que a base do governo tem se comportado de maneira imprópria, "intimidando, gritando, ameaçando e pressionando", atitudes que estariam aumentando na população o sentimento de repulsa contra o Senado.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que a situação política no Senado se deteriorou porque, em vez de se explicar sobre as denúncias, Sarney teria se valido de uma "tropa de choque".

Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Flávio Arns (PT-PR) aplaudiram a postura adotada por Sérgio Guerra, segundo Arns, "pautada pela tranquilidade, segurança, transparência e com o objetivo de preservar a instituição".

Garibaldi Alves (PMDB-RN) testemunhou que Sérgio Guerra prestou um depoimento claro, objetivo e que não deixou dúvidas quando rebateu acusações a respeito do Instituto Pio Guerra, que leva o nome do seu pai.

Pedro Simon (PMDB-RS) comentou que, se o Conselho de Ética decidir arquivar todas as denúncias apresentadas contra Sarney, este dia poderá ser o mais triste da história do Parlamento. E previu que o PT assinará seu atestado de óbito se seus senadores forem obrigados a manter o arquivamento das ações.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o Conselho de Ética abra espaço para Sarney e Virgílio se defenderem das denúncias antes de os senadores votarem os recursos contra o arquivamento.

**Ideli cobra tramitação rápida de projetos que determinam mudanças**

Ideli Salvatti (PT-SC) pediu celeridade na tramitação de matérias que propõem mudanças administrativas no Senado. Na sua avaliação, não está havendo "cooperação e determinação" dos que têm a responsabilidade de viabilizar a tramitação dos projetos.

A senadora citou, por exemplo, o Projeto de Resolução 29/09, de Eduardo Suplicy (PT-SP), que veda o pagamento de gratificação a servidores por participação em comissões do Senado. Ideli mencionou também o Projeto de Resolução 36/09, de Aloizio Mercadante (PT-SP), que altera o Regimento Interno do Senado Federal para distribuir entre os membros da Mesa as responsabilidades hoje centralizadas na Primeira-Secretaria.

O Projeto de Resolução 37/09, de autoria da bancada do PT, que institui o Colégio de Líderes como instância para acompanhamento e monitoração das atividades da Casa, também aguarda relatório, assim como o Pro-



Ideli Salvatti destaca propostas que aguardam exame dos senadores

jeto de Resolução 38/09, de Aloizio Mercadante, que estabelece limite temporal para o exercício do cargo de diretor-geral e demais diretores da Casa.

Por último, Ideli chamou a atenção para o Projeto de Lei do Senado 315/09, de Tião Viana (PT-AC), que limita as despesas de pessoal do Poder Legislativo, da União, dos estados e municípios.

**FGV detalha medidas de reestruturação**

"O objetivo não é fazer uma auditoria ou sindicância, mas sim criar uma agenda positiva de reconstrução do Senado Federal", afirmou ontem o diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Bianor Cavalcanti, que entregou ao presidente do Senado, José Sarney, o Projeto de Reestruturação Administrativa da Casa.

Segundo Bianor Cavalcanti explicou à imprensa, o projeto, que propõe uma redução significativa da estrutura geral de cargos de chefia e direção da Casa, vai gerar desdobramentos necessários para que a reforma administrativa do Senado possa ser concretizada.

O projeto propõe uma economia de 13% em relação aos R\$ 2,859 bilhões que totalizaram o orçamento do Senado em 2008.

A proposta da fundação é reduzir em 20% o número de funcionários efetivos da instituição. Para atingir esse objetivo, prevê a elaboração de um plano de demissão voluntária (PDV), a

celebração de convênio com os Poderes Executivo e Judiciário para a cessão de servidores e ainda a suspensão da realização de concursos para o preenchimento de vagas decorrentes de demissão, morte ou aposentadoria.

Também está prevista a implantação de controle eletrônico de frequência para todos os servidores efetivos, bem como a restrição de lotação máxima de três funcionários de carreira por gabinete parlamentar, passando a função de chefe de gabinete a ser de livre provimento.

A FGV também sugere um teto de 25 servidores para cada gabinete a partir da próxima legislatura, que terá início em fevereiro de 2011, de forma a evitar o excessivo fracionamento de funções e a consequente multiplicação de custos com salários indiretos, explica o relatório. Quanto à política de contratação de serviços terceirizados, a ideia é que os contratos privilegiem as atividades a serem

realizadas e não o número de empregados a serem contratados.

**Comunicação**

Está sendo proposta também a definição de uma nova política de comunicação social para o Senado que delimite objetivo, dimensionamento e alcance dos veículos existentes (TV, rádio, jornal e agência de notícias). Da mesma forma, a fundação propõe a definição de uma nova política editorial para as edições de interesse da instituição, com terceirização progressiva e acelerada dos serviços gráficos do Senado.

O projeto prevê também a definição de uma nova política de segurança interna para a instituição, que tenha como meta a proteção de autoridades e a investigação de delitos. Com relação ao sistema de saúde, a FGV ainda sugere a avaliação e o redimensionamento da estrutura do seguro de saúde dos senadores e funcionários, bem como dos serviços médicos.



**Presidência do Senado lança site com informações oficiais**

A Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado lançou ontem uma nova página, inserida no site do Senado Federal, no link <http://www.senado.gov.br/comunica/impressao>. Nessa nova página (acessível também pela página do Senado, ao final do menu à esquerda), é possível ter

acesso a textos oficiais distribuídos a jornalistas, discursos do presidente do Senado, José Sarney, principais medidas de reestruturação administrativa da Casa, esclarecimentos sobre matérias, notas e comentários divulgados na mídia e iniciativas e decisões oficiais.

Segundo a Secretaria de Imprensa, a página pretende ser um apoio à cobertura jornalística das atividades da Presidência do Senado. Com isso, a secretaria espera facilitar a obtenção de informações oficiais sobre a rotina do presidente, tais como sua agenda diária, detalhes referentes a audiên-

cias, notas, discursos, atos e ofícios. A Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado também anunciou que pretende elucidar fatos e corrigir informações divulgadas pela mídia, sempre que julgar necessário para o devido esclarecimento da opinião pública.

**Jarbas condena críticas de Sarney ao Estadão**

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) protestou ontem em Plenário contra crítica que o presidente do Senado, José Sarney, fez na segunda-feira ao jornal *O Estado de S. Paulo*, acusando-o de ter "terceirizado sua redação e sua consciência".

Jarbas manifestou também sua indignação contra a censura imposta ao jornal por decisão do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, proibindo o *Estadão* de publicar reportagens que

contenham informação sobre a Operação Faktor (ou Boi Barrica), realizada pela Polícia Federal. A liminar que impôs censura ao jornal foi solicitada pelo empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado.

– O presidente [Sarney] cunhou uma frase que foi de uma infelicidade a toda prova. Ele disse que o *Estado* se terceirizou por questões financeiras, mas também terceirizou a sua redação e também a sua cons-

ciência e a sua respeitabilidade. Isso é uma agressão. É injustificável – disse Jarbas Vasconcelos, alertando para o risco de se multiplicarem no país decisões de instâncias inferiores contrárias à liberdade de imprensa, tomadas antes de se ouvir o Supremo Tribunal Federal.

Em seu pronunciamento, Jarbas Vasconcelos relembrou o papel pioneiro na luta contra o regime militar de 1964 desempenhado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.



Para Jarbas Vasconcelos, Sarney usou frase infeliz ao atacar diário paulista

## Suplicy aponta gargalos no setor de telefonia

Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou ontem, em Plenário, a existência de inúmeros obstáculos no país à universalização do acesso às telecomunicações e à melhoria da eficiência dos serviços prestados pelas empresas do setor.

Entre os gargalos levantados por especialistas, Suplicy mencionou como um dos principais problemas a serem resolvidos a falta de uma maior concorrência no setor, fator responsável pelo oferecimento de serviços de má qualidade ao consumidor.

Ele lembrou notícias de que as empresas Oi/Brasil Telecom e Claro podem ser condenadas a pagar R\$ 295,5 milhões e R\$ 301,3 milhões, respectivamente, por descumprimento às normas de atendimento aos consumidores. As empresas correm o risco, inclusive, segundo o senador, até mesmo de perderem a concessão.

Suplicy se referiu ainda às recorrentes falhas técnicas no serviço de acesso à internet de banda larga, à grande disparidade de valores cobrados nas diversas regiões do país e aos elevados preços cobrados dos consumidores.

– Enquanto, no Japão, o pacote de um mega de velocidade é vendido por R\$ 1,93, no Brasil o valor está, em média, por volta de R\$ 80 – informou Suplicy, citando reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense*.

O parlamentar disse que poderá propor a realização de debate sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos.



Suplicy: conexão banda larga no país é mais cara do que no Japão

Na CPI da Petrobras, integrantes do Ministério Público Federal põe acordo sob suspeita, mas diretor-geral da agência reguladora garante que não foi alertado sobre qualquer irregularidade



Os dois procuradores (em primeiro plano, com Romero Jucá no centro) questionaram a forma como foi feito o pagamento

## MP vê tráfico de influência em pagamento da ANP a usineiros

EM DEPOIMENTO À Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, representantes do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal afirmaram ontem que há suspeita de tráfico de influência em pagamentos feitos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a sindicatos de usineiros em dezembro de 2008, a título de cumprimento de ação judicial.

Os procuradores José Robalinho Cavalcanti e Ana Carolina Rezende disseram que o acordo com os sindicatos, que levou ao pagamento de R\$ 178 milhões – valor que eles consideram superior ao devido de fato aos usineiros –, não passou pelo crivo do Ministério Público Federal. Entre os supostos vícios, os procuradores apontaram a suspeita de tráfico de influência e revelaram indícios de que uma pessoa estranha ao processo teria recebido R\$ 50 milhões. Cavalcanti chegou a citar o nome do deputado José Mentor (PT-SP) como alguém que teria atuado junto à ANP

em favor dos usineiros.

Outro questionamento apresentado pelos procuradores diz respeito à forma como foram feitos os pagamentos. Contrária à posição da Advocacia-Geral da União, o MP entende que o pagamento deveria ser feito por meio de precatórios.

O órgão instaurou inquérito para verificar a legalidade da operação. Na avaliação do procurador Cavalcanti, os elementos trazidos ao MP já são suficientes para a abertura de processo judicial.

### Acordo aprovado

Haroldo Lima, diretor-geral da ANP, disse que o pagamento da dívida foi determinado após disputa judicial com os usineiros, em que estes alegavam prejuízos causados pela extinção de subsídios concedidos desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. O diretor sustentou que o acordo foi aprovado pela Advocacia-Geral e pelo Tribunal de Contas da União, e que não se responsabilizava

pela ausência de verificação por parte do Ministério Público.

Também explicou que, após a abertura de crédito especial pelo Congresso Nacional, o pagamento foi feito de forma proporcional a cada sindicato. Lima informou que, ao todo, o processo tramitou por quatro anos e nove meses.

Tiago Macedo do Monte, representante da Advocacia-Geral da União, atestou que o TCU não viu nenhuma irregularidade quanto aos valores apurados e homologou o acordo.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), sempre que há interesse público em jogo, o Ministério Público tem que ser ouvido. Já o senador Delcídio Amaral (PT-MS) disse acreditar que a ANP foi bastante cuidadosa em todas as etapas do processo com os usineiros. Ele frisou, ainda, que nenhum pedido de abertura de crédito é aprovado no Congresso Nacional sem que tenha sido submetido ao crivo das consultorias jurídicas da Câmara e do Senado.

## Diretor da ANP nega ter favorecido prefeituras

O diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) Vitor de Souza Martins negou ontem que tenha favorecido prefeituras do Rio de Janeiro na distribuição de *royalties* de petróleo. Segundo a imprensa, um relatório da Polícia Federal apontaria a participação da empresa Análise Consultoria e Desenvolvimento, de propriedade de Victor Martins e de sua esposa, no pagamento de R\$ 1,3 bilhão em *royalties*, o que lhe renderia uma comissão de R\$ 260 milhões.

O diretor classificou as acusações de descabidas. Ele informou que a em-

presa Análise, de fato, atuou no setor de petróleo, mas não teve relações com a administração pública desde que ele foi indicado para o cargo. Ainda de acordo com Vitor Martins, a Controladoria-Geral da União não tem conhecimento de nenhuma operação da Polícia Federal que trate de *royalties* e que envolva seu nome.

– Eu peço a essa comissão que investigue absolutamente tudo. Meu nome foi jogado na lama. Imaginem o que é ser apontado na rua, no supermercado... – disse Martins.

O diretor-geral da ANP, Haroldo

Lima, informou que o valor dos *royalties* varia de 5% a 10% do total de gás produzido. Ele explicou que esse valor é atualizado mensalmente, de acordo com o preço internacional do óleo, o câmbio e a qualidade do petróleo de cada campo.

Na mesma reunião, os senadores rejeitaram em bloco 68 requerimentos que receberam parecer contrário do relator da CPI, Romero Jucá (PMDB-RR), entre eles para convocação da ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira – que depôs ontem na CCJ (veja página 3).

## Santa Catarina pede centro meteorológico

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas discutiu ontem os resultados da audiência pública realizada em Santa Catarina, na semana passada, que analisou os problemas ambientais enfrentados no estado em decorrência das fortes enchentes do último verão.

Entre as sugestões trazidas do debate, na forma do documento chamado “Carta de Santa Catarina”, está a criação de um centro de pesquisas meteorológicas com sede em Florianópolis e abrangência nacional.

A informação foi dada pelo deputado estadual Décio Góes (PT-SC), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e que participou da reunião no Senado. Segundo Décio Góes, o instituto seria responsável pela investigação, acompanhamento e prevenção de desastres naturais como as enchentes ocorridas em 2008 em Santa Catarina.

Para a presidente da comissão mista, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), Santa Catarina, por ter sofrido efeitos das mudanças climáticas, “tem que dar exemplo de sustentabilidade, ser referência no socorro às vítimas e estudos climatológicos para fazer frente a tantos desastres”.

A senadora afirmou que, nas próximas reuniões, a comissão estudará propostas que poderão ser levadas pela delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de 7 a 18 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca.

Ideli também anunciou reunião com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, no próximo dia 27, às 10h, para debater ações de pesquisa, estudo e combate ao desmatamento na Amazônia.

As audiências públicas regionais da comissão deverão continuar sendo realizadas às segundas e sextas-feiras, informou a senadora.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Marconi Perillo • Mesquita Júnior

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Aposentados se mobilizam, pela internet, em favor de proposições



Paim diz esperar que 100 mil pessoas apoiem projetos sobre aposentadorias

Paulo Paim (PT-RS) manifestou a sua expectativa de que mais de 100 mil pessoas – como forma de apoio aos projetos que preveem o fim do fator previdenciário e a reposição das perdas dos benefícios – acessem na internet, até o meio-dia da próxima segunda-feira, os sites de entidades em defesa dos aposentados. As propostas já foram aprovadas no Senado e aguardam votação na Câmara.

Segundo o senador, até o momento, cerca de 70 mil pessoas já se manifestaram. Ele

lembrou que os interessados na aprovação dos projetos podem acessar os endereços eletrônicos da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap – [www.cobap.org.br](http://www.cobap.org.br)), das entidades estaduais em defesa dos aposentados e o dele próprio ([www.senado.gov.br/web/senador/paulopaim](http://www.senado.gov.br/web/senador/paulopaim)).

### Servidor público

Paim saudou a decisão do Supremo Tribunal Federal de editar uma nova súmula vinculante sobre a aposentadoria especial para os servidores públicos, em razão dos inúmeros mandados de injunção que tramitam naquela Corte sobre a matéria.

O presidente do STF, disse o senador, apresentou uma proposta segundo a qual, enquanto não há uma disciplina específica sobre o tema, ficará garantida aos servidores públicos, em casos específicos, a aposentadoria especial nos moldes do que é assegurado aos trabalhadores em geral pelo Regime Geral de Previdência Social.

## Expedito anuncia manifestação de servidores de Rondônia

O governo de Rondônia e seus funcionários estão se mobilizando para uma manifestação em prol da aprovação da proposta que transfere para a União servidores do ex-território, comunicou Expedito Júnior (PR-RO).

O senador registrou a realização de reunião entre o governador de Rondônia, Ivo Cassol, e servidores do estado para discutir estratégias de mobilização para a manifestação, marcada para 16 de setembro, quando a proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) deve ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados.

– Eu não poderia deixar de fazer esse registro, porque há muito tempo não víamos, no palácio da capital do meu estado, a presença de tantos



Expedito Júnior defende transferência de servidores do estado para a União

sindicalistas, representando os filiados de diversas secretarias de Rondônia – disse.

Expedito Júnior ressaltou que a aprovação da PEC implicará tratamento isonômico dos servidores de Rondônia em relação aos dos ex-territórios de Roraima e Amapá.

## Augusto tranquiliza produtores de coco e de banana de Roraima

Os órgãos de agricultura estão tomando as medidas necessárias para resolver os problemas dos produtores de banana e coco de Roraima causados pela barreira fitossanitária instalada contra o parasita ácaro vermelho, afirmou Augusto Botelho (PT-RR).

O senador informou que os servidores da Secretaria de Agricultura de Roraima estão sendo capacitados para emitir o Certificado Fitossanitário de Origem (CFO). Com o CFO e o cadastramento e inspeções nas fazendas produtoras, será possível emitir a permissão para trânsito vegetal de um estado para outro.

Augusto afirmou que pesquisas conduzidas pela Embrapa detectaram que os municípios mais ao sul de Roraima estão livres da praga. Também foi pesquisada a rota de risco do ácaro de Caracará até Jundiá com resultado



Augusto: órgãos de agricultura estão tomando medidas contra parasita

negativo para a sua presença. O senador acrescentou que está sendo feito um levantamento no restante do estado e, nas regiões onde o ácaro vermelho foi detectado, o Ministério da Agricultura já está fazendo gestão para registrar, em caráter emergencial, um produto que possa combatê-lo.

Comissão de Educação aprova proposta de Cristovam que visa atenuar dificuldades enfrentadas por músicos, bandas e orquestras para adquirir ou renovar instrumentos



Comissão acolhe criação da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara

## Projeto dá isenção para instrumento musical importado

PROJETO QUE CONCEDE isenção fiscal a instrumentos musicais importados foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta, de Cristovam Buarque (PDT-DF), ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Pela proposta (PLS 345/06), os instrumentos importados serão beneficiados com a isenção do Imposto de Importação e das contribuições aos PIS/Pasep e ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins). De acordo com Cristovam, a carga tributária para os instrumentos fabricados no Brasil já aumenta o preço final em 45%, e o preço final dos instrumentos importados recebe

ainda o impacto do Imposto de Importação (entre 10% e 18%), do PIS/Pasep-importação (1,65%) e da Cofins-importação (7,6%).

O relator, Paulo Paim (PT-RS), defendeu a concessão de benefícios também às indústrias nacionais de instrumentos musicais. Já o presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), sugeriu que, na hipótese de haver equivalente no Brasil, a importação não seja permitida.

A CE aprovou ainda projeto de resolução (PRS 62/08) que cria a Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, para premiar personalidades que ofereçam relevante contribuição em favor dos direitos humanos no Brasil. O relator foi Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

## Professor poderá ter programa de saúde vocal

O Poder Executivo poderá criar o Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor, direcionado à rede pública de ensino. Projeto com essa finalidade foi aprovado pela Comissão de Educação. O caráter autorizativo, não presente no projeto original, foi acrescentado por emenda do relator, Papaléo Paes (PSDB-AP). Ainda por sugestão do senador, a proposta (PLC 11/09) será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de prosseguir seu trâmite pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A CE analisou ainda duas emendas de Plenário ao projeto de José Agripino (DEM-RN) que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em materiais escolares e que estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Cofins sobre a importação e a receita decorrentes da vendas de tais produtos. Uma das emendas ao PLS 160/07 exclui dos benefícios caneta esferográfica, marcador com ponta de feltro e lápis, por já receberem isenção quando produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM). A outra restringe os benefícios a produtos fabricados no Brasil. O relator, Papaléo Paes, acatou o mérito das emendas.

O presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), lembrou que ocorre hoje, em conjunto com a CAS, a conferência “Saúde mental materno-infantil: educação e prevenção em parentalidade”.



Audiência na CDH aponta duras condições de trabalho enfrentadas por categoria

## Sindicatos defendem propostas de benefícios para vigilantes

Representantes dos vigilantes defenderam a aprovação da aposentadoria especial e do adicional de risco de vida para trabalhadores que exercem a profissão. Os presidentes da Federação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, José Boaventura Santos; dos sindicatos dos Vigilantes do Rio de Janeiro, Fernando Antônio Bandeira; e dos Vigilantes, Chico Vigilante, participaram ontem de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Os sindicalistas manifestaram apoio ao PLS 173/8, de Paulo Paim (PT-RS), que prevê o pagamento de adicional à categoria e tramita na CCJ; ao PLS 387/08, em pauta na CAS, que prevê concessão de adicional de periculosidade de 30% para os vigilantes; e ao PLS 179/08, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), em exame na Comissão de Educação, que institui

adicional de risco para vigilantes de universidades federais.

Os sindicalistas disseram que muitos vigilantes ficam sujeitos a carga horária de até 12 horas ininterruptas, em pé, sem contato com outras pessoas. Boaventura ressaltou que, do 1,7 milhão de vigilantes ativos, apenas 700 mil têm emprego formal e muitos se aposentam antes dos 40 anos, com redução de salário. O modelo de terceirização, segundo ele, gera discriminação da categoria. Fernando Bandeira e Chico Vigilante denunciaram a existência de empresas “de fachada” contratadas por prefeituras e governos estaduais que abrem e fecham suas portas em pouco tempo, demitindo vigilantes sem pagar direitos trabalhistas.

Para o vice-presidente da CDH, José Nery (PSOL-PA), a categoria deve se mobilizar “para evitar trabalho similar à escravidão”.

## CCJ aprova criação de universidade

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de criação de uma nova universidade federal em Santa Catarina, com foro em Chapecó e natureza jurídica de autarquia vinculada ao Ministério da Educação. A proposta, de autoria do Poder Executivo, será examinada ainda em caráter terminativo na Comissão de Educação (CE).

Pelo PLC 152/09, a instituição será intitulada Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e terá organização multicampi, com cinco sedes em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A previsão é que a universidade tenha 10 mil alunos e comece a funcionar em março de 2010, afirmou a relatora, Ideli Salvatti (PT-SC).

O projeto prevê a criação de 500 cargos de professor, 340 cargos administrativos, 52 cargos de direção, 185 funções gratificadas e um cargo de reitor e outro de vice-reitor.

Segundo Ideli, a universidade trará benefícios para a mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Escritor fluminense revelou aos brasileiros de sua geração, no livro *Os Sertões*, "o Brasil desconhecido e à margem da história", disse Mesquita Júnior, que requereu a homenagem

## Senado lembra cem anos da morte de Euclides da Cunha

O SENADO PRESTOU ontem homenagem a Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, livro que retrata o massacre de Canudos, no sertão da Bahia, no final do século 19.

Escritor, jornalista e engenheiro, o fluminense de Cantagalo viveu apenas 42 anos, morto há cem anos, no Rio de Janeiro, quando tentava assassinar o amante de sua esposa – um jovem tenente que reagiu e matou o escritor a tiros.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), autor do requerimento de homenagem, disse que ele deve ser reverenciado não só por ter revelado o Brasil atormentado, sofrido,

desconhecido e à margem da história aos brasileiros de sua geração, mas também por ter chefiado a missão que fixou os limites entre o Brasil e o Peru.

– Euclides da Cunha descobriu o Brasil que os brasileiros não conheciam e do qual nem tinham ouvido falar – afirmou Mesquita Júnior.

Marconi Perillo (PSDB-GO) lembrou que Euclides da Cunha sintetizou em *Os Sertões* a luta do camponês nordestino pela sobrevivência, frente à extrema hostilidade do meio e ao descaso mais absoluto dos governantes.

O escritor passou a infância e a adolescência no Rio de Janeiro. Em 1855, ingressou na Escola

Politécnica, mas saiu no ano seguinte para entrar na Escola Militar, da qual foi expulso em 1888 por se recusar a apresentar armas à passagem do ministro da Guerra. Foi para São Paulo, onde escreveu nos jornais contra a monarquia. Formado em Matemática e Ciências Físicas e Naturais, deixou novamente a vida militar em 1895 (à qual retornara após a proclamação da República) para dedicar-se ao estudo dos problemas brasileiros. Pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, foi enviado para a cobertura do conflito de Canudos. Em 1903, ingressou na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

## Novo presidente quer ver o Parlasul mais perto da sociedade

Guerrilheiro nos anos 60, o deputado uruguaio Juan José Dominguez, da Frente Ampla, assumiu na segunda-feira a presidência do Parlamento do Mercosul (Parlasul) disposto a aproximá-lo das sociedades dos países que integram o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Entre as prioridades para os próximos seis meses, tempo de seu mandato, estão o estímulo à agricultura familiar e a solução de problemas que ainda dificultam a integração entre os países.

Músico e barbeiro em sua juventude, Dominguez entrou para o grupo guerrilheiro Tupamaros, nos anos 60, para lutar contra a ditadura militar. Passou mais de 16 anos na prisão, além de um ano na clandestinidade. Agora, presidirá um parlamento que, ao longo dos próximos anos, receberá representantes eleitos democraticamente.

No dia de sua posse, celebrou-se um acordo político que permitirá a eleição das bancadas nacionais seguindo um critério chamado de proporcionalidade atenuada. O mesmo acordo determina o início dos estudos para a criação de um Tribunal do Mercosul. Dominguez falou à Agência Senado.

**O acordo permitirá que o parlamento alcance uma nova etapa?**

Temos passado por problemas bastante difíceis, mas estamos totalmente conscientes de que temos que adotar a proporcionalidade atenuada, que já está no protocolo. Colocaram-se questões que também compartilhamos, que têm a ver com uma dimensão judicial para resolver problemas que ocorrem no Mercosul, em como arbitrá-los.

**Esta era uma reivindicação do Paraguai, não?**

Temos que estudar isso, pois os tempos são diferentes. Temos que resolver isso agora. Por outro lado, nós estamos discutindo com as forças internas de nosso país para encontrar uma saída para a questão do parlamento. Mas creio que vamos sair bem dessa situação.

**O Uruguai escolherá seus parlamentares nas próximas eleições?**

Será muito difícil. Mas possivelmente alcançaremos algum tipo de solução, alguma reforma constitucional. Tudo depende da coordenação das forças políticas. A oposição não dá valor ao Mercosul, nós cremos profundamente na integração. Se nós ganharmos, temos muitas esperanças de que será assim, que teremos uma força parlamentar muito interessante e teríamos vontade política de levar isso adiante.

**Aprovado o acordo, quais serão as suas prioridades na presidência?**

Em princípio, um trabalho bastante importante é o da agricultura familiar. É uma coisa que o Brasil levou bastante à frente, nós estamos trabalhando muito bem a esse respeito, sabemos que também no Paraguai há muito boas possibilidades.



O uruguaio Juan José Dominguez foi barbeiro, músico e guerrilheiro e ficou preso 16 anos

**Como o Parlasul pode ajudar?**

Temos vários grupos de trabalho, as audiências públicas, as visitas que fazemos periodicamente aos lugares. Nos últimos meses, por exemplo, estivemos em Pelotas e em Porto Alegre [Rio Grande do Sul]. Estamos estimulando muito, por exemplo, o debate sobre a hidrologia das lagoas dos Patos e Mirim, em busca de se ter um lugar de livre fluxo de transporte. No tema das hidrovias, estamos fazendo contatos com os capitais privados, com iniciativas para melhorar as passagens pela cordilheira dos Andes. Isso tem a ver com o funcionamento de todo o Mercosul, pois os fretes pelo Estreito de Magalhães saem muito mais caros.

**Há ainda muita burocracia nos países do Mercosul, não?**

Claro. Isso que os europeus construíram em muitos anos, para nós está levando ainda muito mais. Muitas vezes um funcionário crê que um país termina ali, com a imagem de uma parede imaginária. Durante um seminário em Porto Alegre, fizemos dez recomendações ao Mercosul a respeito da segurança nas estradas. Essa é a única maneira para que as pessoas saibam que há um parlamento que se preocupa com a situação de todos os cidadãos.

**O parlamento ainda estaria muito longe da população?**

Trabalhamos muito no ano passado, sobretudo no tema energético. Estivemos em todas as represas hidrelétricas, estivemos nas refinarias da Venezuela. Não é simples o tema, não é fácil. O que podemos dizer é que, quando fazemos uma audiência pública, sobre questões de transporte, por exemplo, o auditório fica lotado de caminhoneiros, de empresários.

**O ingresso de Venezuela poderá ajudar a consolidar o Parlasul?**

Pela característica polêmica que tem a Venezuela, em nossos países às vezes se radicaliza a discussão política. Mas há uma coisa que se tem que reconhecer. Independentemente do governo da Venezuela, esta é uma parte muito importante para o desenvolvimento econômico. O que existe é a problemática política. Existem alguns muito favoráveis à revolução bolivariana e outros não. No Uruguai, por exemplo, nós temos enormes dificuldades com a oposição hoje para consolidar o Mercosul, porque eles desejam continuar com nações fraturadas e não trabalhar em conjunto.

Waldemir Barreto



Mão Santa (E) e Marconi Perillo, diante da foto de Euclides da Cunha. Mesquita Júnior (abaixo) foi quem sugeriu a homenagem em Plenário



Waldemir Barreto

### MESQUITA JÚNIOR

A genialidade de Euclides da Cunha justifica que, cem anos após sua morte, ele continue sendo "cultivado no Brasil e no exterior pela obra que criou, pelos feitos realizados e pela lucidez de sua inteligência tão intensamente revelada", afirmou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

O senador destacou que a homenagem não se destinava "só a celebrar o homem que revelou o Brasil atormentado, sofrido, desconhecido e à margem da história aos brasileiros de sua geração", mas era também "um pleito de gratidão àquele que chefiou a comissão mista de reconhecimento e fixação dos limites entre o Brasil e o Peru e foi um escritor brilhante".

### EDUARDO SUPPLY

Trechos da última entrevista de Euclides da Cunha, concedida ao também escritor e jornalista Viriato Corrêa no dia de sua morte, em 15 de agosto de 1909, foram lidos em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

No texto, Viriato Corrêa descreve Euclides como um homem simples e modesto que nunca se "assentou", tendo em vista as suas inúmeras atividades, dentre elas a de engenheiro.

Suplicy citou definição do ator e diretor José Celso Martinez sobre *Os Sertões*.

– Para Zé Celso, *Os Sertões* são como um poema ilimitado, além de ser uma espécie de universidade, que forma o leitor – lembrou o senador.

### ARTHUR VIRGÍLIO

Com orgulho de "amazonense e amazônica", o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) recordou ontem projeto do autor de *Os Sertões* de escrever um livro denunciando a crueldade que surgia na Amazônia, no final do século 19, com a virtual escravidão de seringueiros pelos grupos que exploravam a borracha.

Para Arthur Virgílio, o livro sobre a Amazônia, planejado por ele, poderia ter se tornado uma "vigorosa arma para defesa da região", em razão do conhecimento *in loco* sobre a floresta adquirido por Euclides, durante levantamento hidrográfico do rio Purus visando à demarcação da fronteira entre Peru e Brasil.

### MÃO SANTA

Em 1904, Euclides da Cunha propôs uma "guerra dos cem anos" contra as secas do Nordeste, por meio da exploração científica da região, da construção de açudes, poços e ferrovias e do desvio das águas do rio São Francisco para as regiões afetadas pela estiagem, lembrou o senador Mão Santa (PMDB-PI).

– Sua vida foi muito breve, apenas 42 anos. Mesmo assim ele conseguiu ser um Leonardo da Vinci brasileiro, que também era engenheiro militar, além de lidar com as artes. Foi ele quem retirou o complexo do Nordeste, do semiárido e da seca ao retratá-lo com detalhes na sua obra. Revelou ao restante do país que "o nordestino é antes de tudo um forte" – afirmou Mão Santa.

### MARCO MACIEL

Membro da Academia Brasileira de Letras, assim como o homenageado, Marco Maciel (DEM-PE) destacou que Euclides da Cunha foi mais do que um engenheiro, escritor e jornalista. Numa época em que nossos intelectuais se inspiravam, em grande parte, nos modelos europeus, ele se dedicou integralmente ao Brasil, elogiou Maciel.

Para o senador, na hábil criação de *Os Sertões*, Euclides da Cunha acabou por se revelar um profeta, antecipando cenários futuros, como a desertificação de áreas do país e a integração latino-americana.

– Os profetas não morrem. Eles transmitem as suas percepções às gerações seguintes – observou Marco Maciel.

### FLÁVIO ARNS

A figura do escritor segue viva na memória dos cidadãos, assinalou Flávio Arns (PT-PR), pois Euclides da Cunha foi "um patriota que não se calou diante dos grandes temas de seu tempo, um brasileiro ilustre, analista metódico da terra, do homem, da política e da história".

Para Arns, o escritor exaltou a resistência popular, fazendo da ficção em *Os Sertões* "um espaço para erigir como heróico um povo vencido".

– Foi um narrador, emocionalmente envolvido com o relato. Esse foi Euclides da Cunha, e com tal característica deixou-nos com *Os Sertões* um monumento das letras brasileiras e com sua vida, um legado à cultura nacional – frisou.